

maloca

revista de estudos indígenas



DOSSIÊ ETNOLOGIA TRANSVERSA

VOLUME 4 | ANO 2021 | PUBLICAÇÃO CONTÍNUA | ISSN 2675-3111

Comparações e diálogos transversos possíveis entre a Amazônia e o Nordeste brasileiro

João Roberto Bort Jr.

Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e integrante do comitê editorial da Maloca – Revista de Estudos Indígenas

E-mail: jrbort@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2176-052X>

Exceto os trabalhos mais clássicos que definem as áreas etnográficas da América do Sul (e.g. Galvão, 1960), inexistem estudos etnológicos motivados pelo interesse de comparar contextos indígenas da Amazônia e de regiões mais costeiras do Brasil. A aparente exceção é aquela representada pelo esforço comparativo, mediante as noções nativas de *sangue*, entre o médio Juruá, região de localização dos Kanamari e grupos ribeirinhos, e a porção sul da Bahia, onde estão estabelecidos os Pataxó Hãhãhã (Carvalho; Souza, 2000). No entanto, diálogos semelhantes a esse, em que a Amazônia e o Nordeste brasileiro não se apresentam como contextos díspares, ganharam muito fôlego – como evidenciam Carvalho e Reesink (2018) – a partir do momento em que antropólogos e antropólogas apoiados em boas evidências etnográficas (Viegas, 2007; Vieira, 2010; Vieira; Amoroso; Viegas, 2015) sensibilizaram-se com a possibilidade de integrar às suas abordagens de experiências territoriais indígenas processos histórico-sociais e politicamente repressivos estudados densamente pela etnologia que tem se orientado predominantemente, mas não exclusivamente, para os contextos etnográficos do Nordeste brasileiro. Nesse sentido, o conceito de “território” – “[...] construção e vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial” (Gallois, 2004: 39) – mostrou-se uma fértil via para o estabelecimento de diálogos transregionais, rompendo com a primazia por longo tempo concedida à noção de “espaço” por parte da etnologia das Terras Baixas da América do Sul (Overing Kaplan, 1977).

A recente coletânea *Por uma etnologia transversa: cosmopolíticas no nordeste, leste e Amazônia indígenas* (Lara; Carvalho; Andrade, 2021) oferece uma perspectiva teórico-metodológica particularmente favorável à transversalidade comparativa que constitui, afinal, o interesse deste Dossiê, composto por trabalhos de participantes do GT *Amazônia e Nordeste indígenas: por uma etnologia transversa*, parte da programação da 32ª Reunião Brasileira de Antropologia (2020)¹. A um

Revisão de Maria Rosário de Carvalho

1. Os diálogos comparativos que pretendemos estimular com esta publicação devemos aos coordenadores do GT, Maria Rosário de Carvalho (UFBA) e Florêncio A. Vaz Filho (UFOPA), e a seu debatedor, Ugo Maia Andrade (UFS).

só tempo, e basicamente com um único conceito, o de “cosmopolítica”, os pesquisadores e pesquisadoras abordam dimensões da vida indígena que têm permanecido excessivamente restritas a descrições feitas a partir de uma ou outra região da América do Sul. De um lado, notadamente aspectos sociocosmológicos de interesse dos etnógrafos voltados para a Amazônia, e, de outro lado, aspectos sociológicos, históricos e etnopolíticos por parte daqueles cuja atenção tem incidido sobre o Nordeste e o Leste do Brasil. O conceito de “cosmopolítica”, ao acionar o espectro histórico-sociológico e etnopolítico concernente a grupos que nos acostumamos a pensar como “étnicos”, aciona também as cosmovisões que animam suas práticas (e.g. de la Cadena, 2020). Assim, conforme a compreensão etnológica sobre os povos ameríndios avança, principalmente em direção ao Nordeste brasileiro, observamos a possibilidade de comparar as formas relacionais que esses povos criam, específica e sistematicamente, com agências, lugares e sujeitos de planos ontológicos os mais diversos. A transposição de fronteiras, vale lembrar, tem sido possível “à medida que relembramos os sentidos de nosso fazer antropológico, a descrição das ‘relações’, ‘tramas’ e ‘processos’” (Bort Jr.; Souza; Godoi, 2020: 9).

Essa temática vem sendo desenvolvida na etnologia brasileira com esforços de vários pesquisadores, “para criar espaços de debate e de exercícios comparativos teórico-etnográficos” entre os contextos etnográficos da Amazônia e do Nordeste (Lara; Carvalho; Andrade, 2021: 7). Seus diálogos transversos, em eventos de Antropologia na última década, têm abrangido um significativo espectro temático que compreende os territórios, a educação escolar, a etnicidade e as relações dos indígenas com humanos (outros indígenas e não-indígenas) e não-humanos ou mais-que-humanos” (*Mães d’Água, mortos, animais encantados, Caipora, Deus* etc).

Neste Dossiê, o escopo é o mesmo, mas as relacionalidades operadas pelos indígenas em cada contexto requerem que os artigos tenham abertura para questões adjacentes. Por exemplo, o trabalho de Nathalie LeBouler-Pavelic perpassa, no mínimo, os temas da educação escolar e das relações inter-humanas e interespecíficas ao tratar a gestão compartilhada de saberes entre os Tupinambá e os encantados no âmbito do colégio da aldeia Serra do Padeiro, no Sul da Bahia.

O artigo de Leandro Durazzo e Ana Letícia de Fiori, intitulado *Cosmopolíticas interculturais: dispositivos indígenas de tradução e conhecimento do Baixo Amazonas ao Submédio São Francisco*, também aborda o tema da educação escolar, propondo-se a pensar as mediações de conhecimentos e instituições a partir das relações dos Tuxá e Sateré-Mawé com a sociedade não-indígena e o Estado. Nos dois contextos examinados – o Submédio São Francisco e o Baixo Amazonas –, em vez de sobreposições indiscriminadas de saberes, os dois autores notam composições pluriépistêmicas favorecidas pela porosidade dos processos educacionais indígenas. Ali se trata evidentemente de relações interétnicas, facilitadas pela conectividade que resulta do trânsito de pessoas para além de suas aldeias (Bort Jr.; Souza; Godoi, 2020), porém, como observam Durazzo e Fiori, essa gente criadora de interculturalidades com instituições do mundo dos brancos não desconsidera os seus territórios originários, os quais se apresentam embebidos de significação cosmológica devido à presença dos seres mais-que-humanos que lá vivem, i.e., os *encantados* e os seres míticos, a exemplo do “professor *waranã-sese*”. Ao lançar mão da noção de “cosmopolítica intercultural”, eles logram tratar conceitualmente de uma série dos temas e problemas que têm favorecido diálogos comparativos entre a Amazônia e o Nordeste.

A educação escolar apresenta-se mais central em pesquisas anteriores de Jardel J. S. Rodrigues sobre fortalecimento linguístico do que na sistematização bibliográfica que ele apresenta para responder à questão suscitada pelo título do seu artigo *É possível uma antropologia dos sonhos no Nordeste indígena?* Neste texto em especial, Rodrigues confere particular atenção às experiências oníricas e suas implicações na vida desperta dos indígenas do Nordeste. Mas ao lado dos artigos sobre pedagogias de seres Outros e da descrição de Deanny S. S. Lemos sobre o território akroá-gamella que emerge das conexões com os seres encantados entre os Rios Mearim e Pindaré, no Maranhão, Jardel Rodrigues busca demonstrar que os processos de circulação, transmissão ou recriação de conhecimentos são compartilhados com sujeitos Outros do cosmos, porque os mundos indígenas são inteiramente compartilhados com toda sorte de entidades invisíveis que, além de disporrem de outras habilidades e percepções, são capazes de recriar línguas.

Ensaio comparativos sobre as agências encantadas nos processos de fortalecimento linguístico podem ser encontrados na publicação organizada por Bonfim, Durazzo e Aguiar (2021), por exemplo.

Dialogar transversalmente requer atenção às particularidades socioculturais sedimentadas historicamente na Amazônia e Nordeste indígena. Esse é, com toda certeza, um ponto de atenção observado por todos os autores do dossiê. O exercício de antropologia situada desenvolvido por Sidnei Peres, por exemplo, trata das circunstâncias históricas e especificidades socioculturais de duas situações em que o autor se colocou como perito e etnógrafo, identificando territórios indígenas no médio Rio Negro e no estado da Paraíba.

A partir de um diálogo, em Paris, travado entre Nathalie Le-Bouler-Pavelic, alguns Tupinambá de Olivença e Alexandre Surallés, antropólogo estudioso dos povos Candoshi e Shiwilu da Amazônia Peruana, e relatado no artigo da primeira, percebe-se que os direitos dos sujeitos de natureza Outra, comumente designados *encantados*, que coabitam os territórios indígenas são constantemente reivindicados tanto de um lado quanto de outro da América do Sul. Eles são os donos das terras em que se organizam os Akroá-Gamella e os Tupinambá de Olivença, e que, no caso dos últimos, em relação hierárquica com o simultaneamente pai da diretora da escola da aldeia Serra do Padeiro e pajé da mesma aldeia. No contexto Potiguara, lembrará Jardel Rodrigues, a partir de Vieira (2010), as donas do rio e da mata são, respectivamente, a *Mãe d'água* e a *Cumadre Florzinha (Caipora)*, com quem os caçadores têm relações de amizade mais simétricas visando assegurar-se de sucesso cinegético.

No artigo de Deanny Lemos, por sua vez, a complexidade dos seres *encantados* decorre de suas responsabilidades, prestígios, faculdades e atributos físicos. *Mães d'água*, por exemplo, têm pequena altura, cabelos longos e comportamentos que, em paisagens visíveis e invisíveis das mais diversas, seguem os mesmos códigos morais e éticos dos Akroá-Gamella.

Por fim, o material etnográfico do dossiê como um todo apresenta, implícita ou explicitamente, práticas aproximativas e diversionistas de alteridades humanas e extra-humanas (vivas ou mortas) das dimensões mais interiores dos sistemas de vida no Nordeste brasileiro, mas isso está ainda mais evidente no trabalho de Jardel Rodrigues – quando cita Pedreira (2017), no intuito de dizer que vivos, mortos e

encantados compõem um campo político acionado, preferencialmente em sonho e mediante o parentesco, para permanecer simultaneamente perto e longe – e, no artigo de LeBouler-Pavelic, na parte que descreve como os Tupinambá se abrem aos seus vizinhos e, por isso, invertem a posição de poder no contexto regional. Ler, pois, o dossiê por completo, atentando também para as evidências de que as indevidas intervenções ambientais afastam os seres encantados de suas moradas, poderia render ainda mais reflexões similares às de Vieira (2015: 292), que transpõe a tese da “oposição concêntrica entre consanguinidade e afinidade nos planos ideológico e terminológico” na Amazônia para analisar a organização social dos Potiguara. Talvez não seja possível, tampouco produtivo, chegar a um modelo único para o Nordeste da maneira como foi possível a Viveiros de Castro (2002) construir o dravidianato amazônico. Para algo nesse sentido, certamente teríamos que considerar que o Sul da Bahia e o Norte de Minas Gerais compõem uma área suficientemente específica em relação ao restante do Nordeste brasileiro (Bort Jr.; Lovo; Herinque; 2021: 36-37). De todo modo, uma saída seria começarmos por regiões onde as redes interindígenas, fundamentadas em trocas entre coletivos de natureza humana e não-humana (cf. Andrade, 2012: 197), têm historicamente construído sistemas de vida que têm se notabilizado, por exemplo, na região do submédio São Francisco. O Dossiê oferece, igualmente, materiais etnográficos que permitem o desenvolvimento, de forma controlada, de estudos comparativos.

Referências

- Andrade, Ugo. 2012. “A Jurema tem dois gaios’: história Tumbalalá”. In: Carvalho, Maria Rosário; Carvalho, Ana Magda (org). *Índios e caboclos: a história recontada* [online]. Salvador: EDUFBA, 183-222. <https://static.scielo.org/scielobooks/mv4m8/pdf/carvalho-9788523212087.pdf>.
- Bonfim, Evandro de Sousa; Durazzo, Leandro; Aguiar, Maycon Silva. 2021. “O ‘levante linguístico indígena’ no Nordeste, Espírito Santo e Minas Gerais: aspectos teóricos, políticos e etnográficos”. *Policromias: Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som* 6 (2): 398-420. <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/46719>.
- Bort Jr., João Roberto; Lovo, Arianne Rayis; Henrique, Fernanda Borges. 2021. “Etnologia Transversa: uma primeira conversa com Maria Rosário de Carvalho, Ugo Maia Andrade e Florêncio A. Vaz Filho”. *Maloca: Revista de Estudos Indígenas*, 4: e021019. DOI: 10.20396/maloca.v4i00.15959.
- Bort Jr., João Roberto; Souza, Edimilson Rodrigues de; Godoi, Emília Pietrafesa de. 2020. “Apresentação do dossiê *Territorialidades e pessoas errantes*”. *RURIS: Revista do Centro de Estudos Rurais*, 12 (7): 7-22.
- Carvalho, Maria Rosário de; Reesink, Edwin B. 2018. “Uma etnologia no Nordeste brasileiro: balanço parcial sobre territorialidades e identificações”. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB* 87: 71-104. DOI: 10.17666/bib8704/2018.
- Carvalho, Maria Rosário de; Souza, Jurema M. 2000. “Raça, gênero e classe em perspectiva comparativa: Nordeste do Brasil e Amazônia Ocidental”. *Anais do I Simpósio Internacional - O Desafio da Diferença - articulando Gênero, Raça e Classe*, 2000, UFBA, Salvador, BA.
- de la Cadena, Marisol. 2020. “Cosmopolítica indígena nos Andes: reflexões conceituais para além da ‘política’”. *Maloca: Revista de Estudos Indígenas* 2 (abril) e019011, 2020. DOI: 10.20396/maloca.v2i.13404.
- Gallois, Dominique Tilkin. 2004. “Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?” In: Ricardo, Fanny (org.). *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza o desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 37-41.
- Galvão, Eduardo. 1960. Áreas culturais indígenas do Brasil – 1900-1959. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Antropologia 8:1-41. http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aagalvao-1960-areas/Galvao_1960_Areas_culturais_indigenas_do_Brasil_1900-1959.pdf.
- Lara, Ernenek Mejía; Carvalho, Maria Rosário de; Andrade, Ugo Maia. 2021. *Por uma etnologia transversa: cosmopolíticas no Nordeste, Leste e Amazônia indígenas*. São Cristóvão: Editora UFS.
- Overing Kaplan, Joana. 1977. “Orientation for paper topics”. In: _____ (org.). *Social time and social space in lowland southamerican societies*. Actes du XLIIe Congrès International des Américanistes. Paris: Société des Américanistes, Musée de l’Homme, 9-10.
- Pedreira, Hugo Prudente da Silva. 2017. Os Pataxó Hã hã hã e o problema da diferença. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo, SP, Brasil. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde->

06022017-110145/publico/2017_HugoPrudenteDaSilvaPedreira_Vcorr.pdf.

Viegas, Susana de Matos. 2007. *Terra calada: os Tupinambá na Mata Atlântica do Sul da Bahia*. Rio de Janeiro: 7 Letras.

Vieira, José Glebson. 2010. *Amigos e competidores: política faccional e feitiçaria nos Potiguara da Paraíba*. Tese de doutorado, USP, São Paulo, SP, Brasil.

Vieira, José Glebson. 2015. “‘Todo caboclo é parente’: espacialidades, história e parentesco entre os potiguara”. *Revista de Antropologia* 58(1): 285-217. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.2015.102109.

Vieira, José Glebson; Amoroso, Marta; Viegas, Susana de Matos. 2015 “Apresentação - Dossiê Transformações das Territorialidades Ameríndias nas Terras Baixas (Brasil)”. *Revista de Antropologia*, 58 (1): 11-29. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.2015.102098.

Viveiros de Castro, Eduardo. 2002. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify.